PARTE 3
RESENHAS

Daniella Lopes Dias – PUC Minas

Oralidade, escrita, letramento, gêneros discursivos, língua/linguagem e texto – esses são os conceitos aventados em **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**, cuja importância é inegável não só para aqueles que se interessam pelo campo dos estudos da Linguística Aplicada e da Educação como também para os iniciantes nos estudos da linguagem.

Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento, além da apresentação, compõe-se de mais três partes, nas quais registram-se seis capítulos coesos com a proposta do volume, que é discutir a relação oral/escrito em função dos estudos do letramento “em sua acepção mais genérica, ou seja, a dos estudos sobre a escrita, seus usos, suas funções e seus efeitos para o indivíduo e para a sociedade” (p. 7). Os trabalhos reunidos no livro salientam, portanto, a descentralização da escrita como objeto independente e com características distintas da fala, focalizando-a como prática de produção da linguagem em situações culturais, sociais e historicamente situadas.

A “Apresentação” do livro predispõe o leitor a informar-se sobre a obra e sobre as questões e hipóteses em torno da relação do oral e do escrito, como também sobre a noção de letramento, que constituem o foco dos trabalhos reunidos no volume.

A primeira parte, cujo subtema é “A relação oral/escrito e a noção de gênero”, vem assinada por Luiz Antônio Marcuschi – capítulo I – e Roxane Rojo – capítulo II.

No capítulo I, Marcuschi defende a posição de que não se pode discutir questões relativas ao letramento centrando-se apenas no aspecto lingüístico, sem considerar a relação cultural e social dessas questões no campo discursivo. De acordo com Marcuschi, “investigar o letramento é observar práticas lingüísticas em situações em que tanto a escrita como a fala são centrais para as atividades comunicativas em curso” (p. 25). Para defender tal posição, o autor faz uma revisão teórico-metodológica sobre a noção do *continuum* fala-escrita, a fim de evidenciar ao seu leitor que os gêneros textuais são essenciais para tratar o letramento nas práticas discursivas. São justamente essas considerações que reafirmam i) que não existe uma relação dicotômica entre fala/escrita; ii) que essas duas modalidades da língua se realizam em condições de produção específicas e iii) que o letramento está relacionado ao poder social, além de ser uma prática etnograficamente situada.

Roxane Rojo, no capítulo II, objetiva discutir o letramento escolar e o papel da escola na construção de “discursos escritos”, como também de discursos da “oralidade pública”. Como pressuposto teórico, a autora assume os conceitos bakhtinianos de gêneros primários e gêneros secundários. A proposta de Rojo, assim como a de Marcuschi, é a de que se abandone a dicotomia entre modalidades oral/escrita, uma vez que essa dicotomia está unicamente relacionada à materialidade grafo-fônica dessas modalidades. Por essa razão, a autora é a favor de uma “abordagem dos discursos orais e escritos, em diferentes gêneros pri-

mários e secundários que circulam socialmente” (p. 64). O que é amplamente enfatizado pela autora é que não se deve perguntar qual é a variável dependente – escola ou letramento – mas, sim, evidenciar a função e a organização do letramento na escola, bem como seus processos e produtos, pois, para Rojo, o escrito na esfera escolar surge, quase sempre, de práticas de memorização e cópia.

A segunda parte do volume tem como subtema “A relação oral/escrito e a noção de autoria” – capítulo III – e é de autoria de Leda Verdiani Tfouni. Nesse capítulo, Tfouni discute a heterogeneidade do letramento e dos sujeitos alfabetizados com relação aos eventos de letramento. Essa discussão tem como finalidade reafirmar a existência de um *continnum* que baliza as diferenças entre os níveis desse fenômeno.

A proposta da autora nessa seção é tentar especificar melhor em que consiste o saber do sujeito sobre a escrita independentemente de sua alfabetização, de seu grau de escolaridade e/ou de seu tempo de escolarização. Com esse objetivo, Tfouni procura investigar a autoria em textos orais e escritos com o intuito de demonstrar que não é pelo fato de serem orais ou escritos que se determinará o grau de letramento do sujeito que os criou. Nesse sentido, seu estudo investiga como o conceito de autoria pode ser usado para fundamentar o processo de letramento e sua relação com o *continnum*. Para alcançar seu propósito, Tfouni adota os pressupostos teóricos da análise do discurso francesa e da psicanálise lacaniana, através dos quais ela define o conceito de autoria, o que é fundamental para seu objetivo.

A terceira e derradeira parte, cujo subtema é “A relação oral/escrito e a redefinição da escrita e do texto”, vem assinada por Inês Signorini – capítulo IV –, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa – capítulo V – e Lynn Mario Menezes de Souza – capítulo VI.

Signorini, no capítulo IV, aborda um tipo de escrita de extrema importância na investigação das práticas de letramento e que foge dos padrões legitimados pelas instituições escolares e acadêmicas. A autora denomina essa escrita de híbrida, assim como vem sendo denominada de híbrida a escrita na Internet por estudiosos como Braga (1999). A grande diferença, para Signorini, é que a escrita desprestigiada não é vista como mista, assim como o é a escrita na Internet, ou seja, a escrita que foge dos padrões autenticados pela escola é vista como imperfeita, ao passo que a escrita no meio cibernético é considerada como de última geração (Braga, 1999:23). O que a autora procura demonstrar nesse capítulo é o imbricamento “não só de formas percebidas como próprias das modalidades oral e escrita, como também de códigos gráfico-visuais, gêneros discursivos e modelos textuais” (p. 99).

O que chama a atenção do leitor nessa seção são os exemplos comprobatórios de que a avaliação de textos produzidos em diferentes práticas sociais está quase sempre abrigada em um mesmo critério geral de julgamento, ou seja, a adequação dos textos aos padrões de uma escrita formal. Fica claro, também, que a escola e outras agências de letramento são responsáveis pela imposição de normas fixas de uso da linguagem. E como as práticas de uso da linguagem vão estar sempre esculpindo o sujeito e seu texto num modelo de papéis e identidades, as diversas posições que esse sujeito ocupa determinarão seu modo de compreensão de uso da língua.

Oferecer elementos que contribuam para uma mudança na maneira de entender a relação oral/escrito na produção de textos é o objetivo de Manoel Luiz Gonçalves Corrêa no capítulo V. O desenvolvimento do referido capítulo funda-se no pressuposto de que “a relação oral/escrito marca a heterogeneidade da escrita e não a heterogeneidade na escrita”

(p. 143; em negrito no original). Nesse sentido, Corrêa afirma que a heterogeneidade é constitutiva da escrita, isto é, a heterogeneidade é “interior à escrita e não exterior a ela” (p. 144). Para comprovar sua tese, Corrêa recorre aos modos de apreensão dessa modalidade de uso da linguagem: 1) a representação da escrita que o aprendiz faz em conformidade com os sons que produz na fala; 2) a heterogeneidade do sistema lingüístico; 3) a dialogicidade que o escrevente reproduz ao criar seus textos.

O autor acredita, portanto, que, se a escola conceber a heterogeneidade da escrita, ela abandonará a pureza que comumente é atribuída à escrita, aceitando-a, dessa forma, como “um modo de enunciação marcado pela diversidade lingüístico-histórica dos escreventes” (p. 164).

Lynn Mário Menezes de Souza, autor do capítulo VI, pretende mostrar como uma perspectiva grafocêntrica da escrita pode conduzir a uma visão deficiente de culturas orais ágrafas. Com isso, ele espera uma mudança de compreensão da escrita na comunidade indígena Kaxinawá, no Acre, o que para Souza contribui para a valorização de uma escola indígena diferenciada que se deve basear em modelos próprios e não da sociedade que a cerca. O que se percebe nesse capítulo, assim como em toda a obra, é a assunção de um ponto de vista teórico segundo o qual a escrita deve ser vista como uma prática de produção de linguagem cultural e sócio-historicamente estabelecida.

Em resumo, no livro **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento** há, em todos os capítulos, um equilíbrio de conceitos no que se refere aos usos e função da escrita na sociedade e suas implicações no ensino. Isso pode ser constatado na referência que os autores fazem, a todo o momento, aos outros autores do volume. É justamente essa coerência que faz desse livro um auxiliar notável para profissionais interessados pelas pesquisas em linguagem, sobretudo pelas questões recentes que envolvem a relação oral/escrito e as teorias do letramento.

Referência bibliográfica

BRAGA, D. B. A constituição híbrida da escrita na Internet: a linguagem nas salas de bate-papo e na construção dos hipertextos. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas: Mercado Aberto e ALB, v. 18, n. 34, p. 23-29, dez. 1999.

BAGNO, Marcos (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. Traduzido de BÉDARD, Edith, MAUTAIS, Jacques (Org.). *La norme linguistique*. Québec: [s/n], 1983.

Pedro Perini-Santos – PUC Minas

Mas o homem não quer envelhecer;
ele lê na evolução da língua sua própria decadência.
Assim, ele deseja conservar a língua na pureza,
na integridade de sua juventude
(Marina Yaguello)

Publicado em 1983 pelo Conselho da Língua Francesa do Governo do Quebec, *Norma lingüística* reúne onze artigos que discorrem sobre o estabelecimento histórico, simbólico e político da norma lingüística. De um volume original de 850 páginas, o professor Marcos Bagno, tradutor e organizador do livro, selecionou dez textos que “tivessem abrangência teórica mais geral e pudessem auxiliar na reflexão sobre a problemática lingüística brasileira” (Bagno, 2001, p. 7). A eles, acrescentou artigo seu que sintoniza as contribuições da publicação quebequense para a realidade brasileira.

O resultado é muito satisfatório. A tão presente *necessidade* de norma lingüística sempre é motivo de indagação entre aqueles que descrevem as línguas – penso aqui nos lingüistas – e entre aqueles que usam as línguas, ou seja, todos nós! Por esse motivo, *Norma lingüística* oferece reflexões muito importantes.

SOBRE A ESTRUTURA DA RESENHA

Não vou discorrer detalhadamente sobre todos os textos. Nesta breve resenha, terei comentários mais atentamente sobre os dois capítulos iniciais,¹ “A herança greco-latina”, de Michel Casevitz e François Charpin, e “A norma na tradição dos gramáticos”, de G. Arthur Padley; e sobre os dois capítulos finais, “A língua do Estado – O estado da língua”, de Philippe Barbau, e “Não mexe com a minha língua”, de Marina Yaguello, uma vez que o livro foi pelo menos parcialmente organizado de forma cronológica. Antes, porém, destaco pontos centrais dos demais capítulos da obra.

CAPÍTULOS APRESENTADOS

Em “Dialeto, língua e nação”, Einar Haugen discorre sobre a opacidade de expressões como *dialeto*, *língua*, *sotaque* e outros conceitos adjacentes. Não é uma discussão

¹ Estou considerando o texto de Marcos Bagno, que abre o livro, como “Introdução”, como foi, aliás, nomeado.

vã: a escolha entre *dialeto*, *sotaque* ou *língua* determina em grande medida a relação que temos com o vernáculo. “A língua das classes altas é automaticamente estabelecida como a forma correta de expressão. Elas não só podem dizer que “*L’État, c’est moi*”; mas também que “*le langage, c’est le mien*” (Haugen, p. 102).

Alain Rey propõe “Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas”. Novamente, enfrentamos a revisão do conceito de norma, que é aparentemente sustentável pela cientificidade dos estudos lingüísticos. Digo “aparentemente” porque Rey põe em xeque a própria cientificidade da lingüística. Qual valor podemos atribuir à designação *norma*? “A mesma palavra [norma], utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo à idéia de média, de freqüência, de tendência geralmente e habitualmente realizada, e à de conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada” (Rey, p. 116).

O quinto e sexto capítulos têm temática semelhante. “Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica”, de Stanley Aléong, e “Elementos de uma teoria da regulação lingüística”, de Jean-Claude Corbeil, destacam o valor necessariamente simbólico do estabelecimento de (uma) norma lingüística. O fato de a opção entre as designações *senhora* ou *senhorita* indicar o estado civil da mulher, o que não ocorre com *senhor*; com o homem, é exemplo nítido do valor avaliativo, simbólico e antropológico que a linguagem veicula. Como propõe Corbeil, p. 176, “/.../ somos muito sensíveis ao paradoxo da liberdade pessoal (a *parole*) e do condicionamento social (a *langue*), provavelmente porque nossos conhecimentos neste domínio são ou superficiais, ou fragmentários. Não sabemos muito bem, no fundo, do que se trata”. Regulação lingüística ocorre, mesmo que tenhamos a impressão de haver por parte dos falantes um certo domínio de seu uso. Usos, registros ou línguas se organizam como em um sistema gravitacional, ou seja, sempre há uma entidade central que gere as demais em graus de maior ou menor proximidade.

Os dois capítulos seguintes: “As noções de estilo”, de Claire Lefebvre, e “Processo de normatização e níveis/registros de língua”, de Jean-Marcel Paquete, partem de uma constatação teórica bastante interessante: “a noção de níveis de língua” – relata Paquete – não remontaria muito para além dos anos 1950” (Alfonz Pilorz, *apud* Paquete, p. 237). O status de *ciência* da lingüística, projetado pelo estruturalismo saussuriano, fez que os conceitos de norma, registro, estilo e níveis de língua não fossem considerados pertinentes. Saussure e também Chomsky desconsideraram esses conceitos, dado que postulavam, cada um a seu turno, a autonomia da estrutura lingüística em relação aos interlocutores e às relações de interlocução. “As noções de estilo” e “Processo de normatização e níveis/registros de língua” apontam para a participação de outras *ciências* para a incorporação dessas discussões na arena de debates da lingüística, notadamente a antropologia e a pedagogia.

CAPÍTULOS COMENTADOS

Os dois capítulos iniciais oferecem estudo sobre a origem dos estudos gramaticais como base pedagógica, normativa e lógica. Em “A herança greco-latina”, Michel Casevitz e François Charpin “retraça[m] as origens da disciplina gramatical e, junto com ela, do conceito de *norma* na Antiguidade clássica greco-romana” (Bagno, 2001, p. 17). A diversidade lingüística da Grécia, o sentimento de união lingüístico-cultural contra “o mundo bárbaro”

e a progressiva participação do texto (legal) como referência para a prática política na cidade evidenciam, ao mesmo tempo, as variações orais e escritas, e as regularidades observáveis entre as diferentes *linguas*. Daí que a Gramática de Dionísio de Trácio, “[o] primeiro tratado que chegou até nós”, exerce os papéis de descrever a língua “dos poetas e prosadores” e ensinar “a correção lingüística” (Casevitz e Charpin, p. 31).

As funções de ensino e de organização normativa da língua grega suscitaram à época vastas discussões conceituais. À sua maneira, os gramáticos clássicos se dedicam a questões que foram debatidas pelos filósofos que os antecederam: De onde vêm as palavras? Como e por que nomear as coisas? A linguagem existe independentemente dos homens? Qual é o papel da linguagem na relação entre o homem e o mundo? Aos estudos gramaticais, portanto, são incorporadas discussões de escopo extra-lingüístico: “Aquilo que regula a organização do discurso é, pois, idêntico àquilo que regula o funcionamento do espírito e, eventualmente, a organização do mundo” (Casevitz e Charpin, p. 53).

O segundo capítulo do livro, de autoria de G. Arthur Padley, “A norma na tradição dos gramáticos”, discorre sobre os textos gramaticais renascentistas europeus. Dois movimentos paralelos ocorrem neste período.

Por um lado, busca-se a descrição dos vernáculos europeus a partir dos modelos clássicos. “Dado o prestígio e a utilização universal do latim, é inevitável que as primeiras gramáticas das línguas vivas sejam calcadas em modelos concebidos para a descrição daquela língua” (Padley, p. 56). O uso das categorias gramaticais do latim resulta em adequações, ou tentativas de adequações, pouco fiéis às ocorrências lingüísticas dos vernáculos estudados: “/.../ as dificuldades que [Nebrija] encontra para impor a uma língua românica o arcabouço de uma gramática concebida para o latim /.../ são as mesmas nas quais tropeçam seus sucessores italianos e franceses” (Padley, p. 59). A mesma postura teórica, aliás, foi adotada por José Anchieta na elaboração de sua obra *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, em 1595.

O que sustentava essa “opção” epistemológica dos autores era a crença de que o latim, o grego e o hebreu eram línguas “puras”, “polidas”, e os vernáculos delas derivados eram formas “corrompidas pela ignorância” (Nebrija, (1492), *apud* Padley, p. 58). Por esse motivo, os gramáticos renascentistas não apenas se baseavam nas categorias descritivas tradicionalmente usadas pelos clássicos, mas também se serviam de um padrão de uso literário e ou retórico usado por seus antecessores: “[falar e escrever corretamente] se aprende nas páginas dos poetas e prosadores” (Padley, p. 57).

Por outro lado, todavia, há uma mudança teórica fundamental neste período. Podemos interpretar o uso dos recursos teóricos clássicos como resultado da observação de estruturas lingüísticas semelhantes entre as línguas estudadas. Quando Dubois (1531) afirma que *o francês é um latim corrompido*, ele está reconhecendo que francês é latim de alguma forma, ou seja, o francês é uma língua latina que mantém estruturas *naturais a todas as nações* (Nebrija) e que foi modificada devido ao uso, devido à ignorância (gramatical) daquelas que a utilizam. As gramáticas das línguas ‘vulgares’, portanto, passam a ter o estatuto de manuais de correção. Se se superar a ignorância, supera-se a “corrupção” dos vernáculos.

O que temos, portanto? Primeiro: progressivamente as línguas vivas passam a ser o foco das pesquisas gramaticais do Renascimento. “[J. Wallis (1653)] se propõe a seguir ‘menos o uso do latim do que o caráter particular de nossa língua [o inglês]’” (Padley, p.63).

O *uso da língua*, mesmo que se considerem apenas os “sábios falantes”, torna-se *corpus* para a confecção de gramáticas. Segundo: buscam-se estruturas universais e lógicas para explicar o funcionamento das línguas. Melhor exemplo dessa mudança teórica é a clássica *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (1660) que “busca, portanto, descobrir as razões do que é comum a todas as línguas, ‘fazer por ciência o que os outros fazem somente por costume’” (Padley, p. 80).

Em suma, as publicações renascentistas já oferecem muito das bases teóricas e epistemológicas praticadas pela lingüística contemporânea.

“A língua do Estado – o estado da língua”, de Philippe Barbaud, e “Não mexe na minha língua”, de Marina Yaguello, enquadram as discussões sobre norma gramatical em termos contemporâneos. Barbaud e Yaguello demonstram como as discussões sobre a norma lingüística têm efeitos sociais reais, dado o seu caráter político. São os dois capítulos finais da obra.

O que é *língua do Estado*? O que é *estado da língua*? Esse feliz jogo de palavras, anuncia Barbaud, “[indica] um estado de coisas conflituoso vivido a cada dia pelo usuário da língua francesa” (p. 255). E da portuguesa brasileira também, *monsieur!* Em suma, o pesquisador lega à expressão ‘língua do Estado’ o caráter universal de uma língua que não tem valor de vernáculo. Língua do Estado é uma língua que não é exercida ativamente pelo “falante-ordinário” de uma nação, que é, para o autor, “o único real depositário do estado da língua” (Barbaud, p. 257).

Temos a seguinte situação de desencontro comunicativo: cabe ao Estado a função político-social de “informar, explicar e divulgar a lei e tudo o que, de maneira geral, lhe é atinente” (Barbaud, p. 258). Assim, o Estado exerce o papel de um falante que oferece texto sem receber o *feedback* essencial ao ato de comunicação. Por esse motivo, ao falante ordinário, resta o papel de receptor *passivo* daquilo que é proposto nos textos advindos das instâncias estatais. A língua do Estado se estabelece como um “código elaborado” (Bernstein) pouco atualizado, pouco receptivo; progressivamente, portanto, mais distante do uso vernacular.

Formas protocolares, tais como a uso do pronome *se* impessoal, e dos pronomes de tratamento formal como *Vossa Senhoria*, são pistas nítidas da distância entre os dois registros de linguagem. Nos textos legais franceses, assinala Barbaud, excluem-se as marcas lingüísticas que pedem alguma reciprocidade comunicativa (“entende?”, “sabe”, etc.).

Mas por que se reconhece legitimidade à língua do Estado se essa não é usada pelos cidadãos? É legítima porque é o próprio texto legal. É legítima porque a lei lega ao Estado, pessoa jurídica por excelência, o papel de defensor da língua supostamente materna e universal à nação. Dessa forma, ao Estado reconhece-se o anonimato, a impessoalidade e a suposta ausência de ideologia.

Philippe Barbaud contesta. O Estado tem poder de oficialização de ocorrências “desviantes”, tem o poder de aproximar ou não o seu texto da prática dos cidadãos que são, pelos princípios básicos de uma nação republicana, submetidos a ele. Seria, portanto, uma escolha (ideológica) possível “atenuar as tensões ligadas à realidade lingüística de nossa época” (Barbaud, p. 278).

“Não mexe com a minha língua” é o último artigo do livro. Ótimo, divertido e in-comodativo. “Não mexe com a minha língua” explicita clara e fortemente o sentido das tão

constantes e agressivas manifestações conservadoras dos gramáticos midiáticos de plantão. “Aceitar a mudança” – detona Yaguello – “é se sentir de certo modo despossuído, é perder um poder *sobre e pela* língua” (Yaguello, p. 280). Por isso, não parece nada bizarro à autora que se atribua àqueles que se insurgem contra a ‘decadência da língua’ o rótulo: *reacionários tecnicamente despreparados*.

Por quê? Porque a língua não está em decadência; porque as mudanças ocorrem através das gerações mais jovens; porque a escolarização das camadas populares, mesmo que deficiente, permite que grupos sociais antes ausentes do *mundo das letras* passem a se manifestar mais comumente; porque elegem como padrão de correção estética, gramatical e estilística um estado ultrapassado da língua. “O que importa é que os falantes não possam mais tocar nele” (Yaguello, p. 281).

O desenvolvimento da militância pró-língua do passado acompanha a institucionalização do idioma. Particularmente durante o século XIX. Os sábios, ressalta Yaguello, já sabiam que era um projeto vão: “A língua francesa não se fixou nem se fixará jamais. É em vão que nossos Josués literários gritam à língua para que se detenha. Nem as línguas nem o sol se detêm. No dia em que se fixarem, é porque morreram”. (Victor Hugo, *apud* Yaguello, p. 282).

Curioso: hoje em dia, mesmo que haja estudos que indicam claramente que o projeto de conservação ou de retorno ao padrão “perfeito” do passado é impossível, os militantes lingüístico-conservadores continuam atuantes!